



"Educação como prática de Liberdade":
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

9568 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT16 - Educação e Comunicação

QUANDO O ENSINO HÍBRIDO SE ENCONTRA COM A PANDEMIA

Rafael Silva - CENTRO UNIVERSITÁRIO DO SUL DE MINAS

Claudio Lucio Mendes - Universidade Federal de Lavras

QUANDO O ENSINO HÍBRIDO SE ENCONTRA COM A PANDEMIA

Resumo

Discute-se neste texto o ensino híbrido e o seu uso na educação, na tentativa de responder à pergunta: o que levou o ensino híbrido a tomar projeção durante a pandemia, sendo apresentado como a solução para o presente e para o futuro da educação? O objetivo é analisar como tem sido proposto o ensino híbrido por fundações privadas, UNDIME, CONSED e outros atores acadêmicos, disseminando e fortalecendo tais proposições, constituindo o ensino híbrido como um conjunto estratégico, um potente dispositivo de ensino. Para tanto, as noções de público, de privado e de dispositivo de poder são utilizadas como referencial teórico-analítico. Sob esse prisma teórico-analítico, o ensino híbrido e o futuro da educação são analisados, discutindo-se as supostas preocupações com a melhoria da educação. Concluindo, reflete-se sobre o futuro da educação proposto com base em estratégias apresentadas em prol do ensino híbrido e financiadas por fundações privadas. Estratégias aglutinadas como um dispositivo de poder que apoia e, ao mesmo tempo, fortalece o rompimento de fronteiras entre o público e o privado promovido pelo neoliberalismo e pelas tecnologias digitais.

Palavras-chave: ensino híbrido; público; privado; dispositivo; futuro da educação.

Neste texto buscamos responder à pergunta: o que levou o ensino híbrido a tomar projeção durante a pandemia, sendo apresentado como a solução para o presente e para o futuro da educação? Para isso, trataremos do rompimento de fronteiras entre o público e o privado que se estabeleceu com as tecnologias digitais e hiperacentuado com a pandemia. Na mesma seção, apresentamos a noção foucaultiana de dispositivo de poder. Em seguida, descrevemos um cenário educacional durante a pandemia relacionado ao emprego das tecnologias digitais, focando-nos no ensino híbrido, interpretando-o como um dispositivo de poder. Concluímos tratando da utilidade discursiva do ensino híbrido e algumas estratégias de seus defensores e promotores para divulgá-lo durante a pandemia como um mecanismo para fazer a educação avançar durante e após a crise sanitária.

O público, o privado e o dispositivo de poder

A literatura, sob vários prismas teóricos, evidenciava a intensificação das tecnologias digitais, proporcionando alterações nas formas de subjetivação, coletivas ou individuais, como também nas relações e práticas sociais, e de modo acentuado, na educação (PEREIRA; DINIS, 2017). Essas relações e práticas se dão em mecanismos complexos e muitas vezes se confundem. Contudo, neste trabalho, interessa discutir o público e o privado e suas possíveis contribuições na montagem do que devem se tornar a escola e a educação. O argumento aqui apresentado é que os artefatos digitais – com centralidade naqueles empregados na educação – participam de lógicas a ocuparem espaços, influenciando as formas privadas com discursos supostamente individualizantes, no entanto se apresentando, na verdade, extremamente amplos em seus interesses. Propõem-se, assim, discursos individuais (privados), porém com um tom de grande reprodução, se repetindo para milhões de indivíduos ao mesmo tempo, buscando, com isso, que eles tenham atitudes no campo cultural e de consumo comuns e praticamente homogêneas.

As tecnologias digitais (tanto em relação às máquinas como aos programas utilizados), com seus acessos fixos e móveis à Internet, aceleram e tornaram cada vez mais constantes e indissociáveis o público e o privado. As tecnologias digitais, no contexto da pandemia, têm produzido movimentos a forçarem reflexões sobre as separações entre o público e o privado, hiperacelerando o rompimento de suas fronteiras. Não se estranha mais constatarmos sujeitos trabalhando em casa – na sala, no quarto, no banheiro, na cozinha, durante as refeições, no acompanhamento escolar dos filhos etc. – e mandando pela Internet o resultado de seu trabalho, de modo síncrono ou assíncrono. Em momentos de isolamento social impostos pela Covid, reuniões via Internet, nas quais indivíduos se encontram e trocam informações, ocorrem corriqueiramente entre funcionários de instituições públicas e de empresas privadas, muitas vezes sem a preocupação de dia, horário e local para acontecerem.

Nesse cenário, o ensino híbrido surfa, como um dispositivo de poder, entre as noções de público e privado. Dispositivo é uma ferramenta conceitual e metodológica empregada por Foucault que nos ajuda a analisar o poder a partir dos mecanismos de dominação e controle, levando em conta e indo além das formas jurídicas e dos aparelhos de Estado. Assim, “o dispositivo, [...], está sempre inscrito em um jogo de poder, estando [...], no entanto, ligado a uma ou a configurações de saber que dele nascem, mas que igualmente o condicionam” (FOUCAULT, 1992, p. 139).

Ao considerarmos os modelos de ensino como instrumentos e formas de exercício das relações de poder-saber, fazendo parte das disputas pela elaboração de regimes de verdade – não propriamente comprometidos com o conhecimento “mais” verdadeiro, mas sim com a produção daquilo elaborado para ser considerado como verdadeiro –, podemos analisá-los dentro de uma lógica política. Assim, na contemporaneidade eles têm sido fortemente marcados pela mentalidade neoliberal, contribuindo – por meio de suas estratégias, práticas e seus mecanismos de conduta – para o fortalecimento dessa mesma mentalidade (BALL, 2020). É com esse olhar que nos focamos a partir de agora em estabelecer as pontes – nada inocentes ou simplesmente preocupadas com a melhoria da educação – entre ensino híbrido, mentalidade neoliberal e poder.

O ensino híbrido e o futuro da educação

Quando a pandemia tomou corpo em março de 2020, instituições de ensino empregaram meios digitais e ferramentas de EAD com o intuito de continuar o ano letivo, sem o devido planejamento. Naquele momento e no contexto atual, os professores “estão sendo muito solicitados, seja pela direção da escola, pelos pais ou estudantes, e estão recebendo materiais de todos os tipos e por todos os lados” (INSTITUTO PENÍNSULA, 2020, p. 3). Sindicatos de professores denunciaram que em muitas escolas privadas o emprego de ferramentas online e remotas – que ao longo da pandemia foi substituído pelo discurso do ensino híbrido – para desenvolver o conteúdo curricular não foi algo dialogado e amplamente debatido. Soma-se que o trabalho docente tornou-se ainda mais domiciliar, misturando-se e confundindo-se com a vida familiar e privada[1]. Qual seria a facilidade do ensino híbrido para ocupar esse espaço estratégico?

Há uma significativa amplitude de emprego das noções de ensino híbrido na educação brasileira: 1) centralidade e responsabilidade do aluno sobre o seu aprendizado; 2) facilidade de uso e acesso dos estudantes às tecnologias digitais; 3) promoção da economia de gastos para os sistemas, as redes e as escolas; 4) praticidade para professores e/ou tutores de trabalharem em espaços escolares com os materiais produzidos por empresas e disponibilizados em formato de plataformas educacionais; 5) inovações ocorridas na indústria e na prestação de serviços em consequência dos avanços das tecnologias digitais e das formas de gestão empresarial que são mais facilmente absorvidas pelos modelos de ensino híbrido.

Os empregos das tecnologias digitais e seus processos eficientes de organização e de acompanhamento do e pelo cliente dos serviços bancários, de shoppings, de lojas etc. são tratados ilustrativamente por Valente (2015) para mostrar como a educação pode e está sendo mudada pelo ensino híbrido. Os alunos, os professores e a escola passam a fazer parte de uma outra engrenagem de poder, sendo “o ensino híbrido [uma] tentativa de implantar na educação o que foi realizado com esses outros serviços e processos de produção”. Valente (2015) afirma que a responsabilidade da aprendizagem é deslocada e passa a ser do estudante, por meio de atividades online que podem ser acessadas de qualquer lugar, 24 horas por dia. Já o professor passa a ter “a função de mediador, consultor do aprendiz”. A escola e a sala de aula passam “a ser [os locais] onde o aprendiz tem a presença do professor e dos colegas auxiliando-o na resolução de suas tarefas e na significação da informação [...]” (p. 23).

Observamos ao longo de 2020/21 uma confluência discursiva em torno do ensino híbrido em artigos de periódicos, em sites das fundações privadas e corporativas, das empresas de plataformas educacionais, do Conselho Nacional dos Secretários de Educação (CONSED) e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), em sites de várias secretarias estaduais de educação e no jornalismo em geral. Tal confluência coloca o ensino híbrido não apenas como uma possível solução para a educação (especialmente escolar) no presente e no futuro. Ele estaria em um andar acima: é colocado como “a solução”. Problematizam pouco ou nada aspectos culturais, sociais e históricos. A importância de políticas públicas para formação de professores, para a organização e aquisição de infraestrutura e materiais de tecnologias digitais é periférica e marginalmente tratada.

Com a redução de investimentos dos entes federativos nos direitos sociais, a educação escolar pública e seus profissionais ficaram mais à mercê: 1) de ataques ideológicos (o Movimento Escola sem Partido é um exemplo no Brasil); 2) de propostas de políticas públicas constituídas por fundações privadas e corporativas ou mesmo; 3) de propostas que, desconsiderando políticas públicas legalmente aprovadas, apontam caminhos para o ensino e a aprendizagem. Nesses dois últimos casos, “a educação [pública] tornou-se um espaço para expandir a lógica de mercado e aumentar os lucros corporativos” (TARLAU; MOELLER, 2020, p. 556). No Brasil, a filantropia estratégica e a de risco, empregadas por fundações

privadas e corporativas, deram guarida à noção de ensino híbrido para que se tornasse uma noção central a balizar a melhoria da educação.

A mentalidade de baixar os custos com menor investimentos nos direitos sociais, especialmente com a educação, não é recente e vem sendo fomentada, e cada vez com mais força, a partir dos anos 1980 em todo o planeta (BALL, 2020). Em especial, a partir dos anos 2000, essa mentalidade foi reconfigurada, sendo incorporada a ela a importância da inovação e da transformação da educação para o aumento da eficiência econômica, com “maior” aprendizagem de cunho customizado, aspectos que as noções de ensino híbrido buscam atender plenamente. A partir dos anos 2010, no Brasil, fundações privadas e corporativas como a Fundação Lemann (esta mais fortemente), O Instituto Península, a Fundação Telefônica Vivo, o Itaú Social, dentre várias outras, vêm divulgando e/ou financiando o ensino híbrido sob o auspício dos 5 pontos descritos no início desta seção.

Conclusão

Moran (2015, p. 41) ao afirmar que são “muitas misturas” acerta em cheio: Instituto Península, Fundação Lemann, fundações e institutos privados e corporativos, grupos editoriais e plataformas educacionais e os seus interesses de mercado e de se ensinar a “todos” ajudando a promover a revolução disruptiva na educação, estudiosos da educação, UNDIME e CONSED. A lista é grande. Todos esses atores e instituições constituem e/ou põem em funcionamento – apoiando-se em uma série de noções de conhecimento e proposições estratégicas e praticáveis em ambientes/espços públicos e privados – o dispositivo de ensino blended (misturado) que tratamos. Com ele se quer e se tem produzido muitos efeitos sobre a organização das instituições de ensino, suas propostas e seus funcionamentos curriculares, sobre as práticas (em casa e na escola por conexões full-time fixas e móveis) e sobre a subjetivação de seus docentes. Por meio desse dispositivo, realiza-se “uma certa manipulação das relações de força, de uma intervenção racional e organizada nestas relações de força, seja para desenvolvê-las em determinada direção, seja para bloqueá-las, para estabilizá-las, utilizá-las” (FOUCAULT, 1992, p. 139).

Nesse contexto, o ensino híbrido serve muito mais a interesses de mercado e muito menos para se falar de formação docente (a não ser para o ensino híbrido, com configurações aligeiradas), de políticas públicas para educação e valorização docente, das condições sociais, culturais e políticas que limitam a melhoria da educação. Essas fundações privadas e corporativas fazem parte de uma não tão silenciosa reforma empresarial da educação pública no Brasil. Tal reforma propõe centralmente a padronização dos currículos (a BNCC é um exemplo) e “práticas de sala roteirizadas” para os professores, sendo o ensino híbrido seu eixo “metodológico” – tendo como garotos propaganda supostos especialistas da educação que escrevem para dar legitimidade às publicações e aos sites que divulgam o hibridismo. Para finalizarmos, precisamos questionar: quais serão as consequências para a educação brasileira se nosso futuro for centralmente influenciado pelas fundações privadas e corporativas e seus dispositivos de ensino pensados a partir e para o mercado?

Referências

BALL, S. J. **Educação Global S. A.:** novas redes de políticas e o imaginário neoliberal. Ponta Grossa: UEPG, 2020.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1992.

INSTITUTO PENÍNSULA. **Sentimento e percepção dos professores brasileiros nos diferentes estágios do Coronavírus no Brasil – pulso 1.** Disponível em: https://institutopeninsula.org.br/wp-content/uploads/2020/05/Pulso-Covid-19_-Instituto-Pen%C3%ADnsula.pdf. Acesso em 22 mar. 2021.

MORAN, J. Educação Híbrida: um conceito-chave para a educação, hoje. In: BABICH, L.; TANZI NETO, A.; TREVISANI, F. M. (Orgs.). **Ensino híbrido:** personalização e tecnologia na educação. Porto Alegre: Penso Editora, 2015.

PEREIRA, R. S.; DINIS, N. F. Contribuições da teoria pós-estruturalista e dos estudos culturais para a pesquisa em educação. **Revista Práxis Educacional**, v. 13, n. 25, p. 72-93, maio/ago. 2017. DOI: <https://doi.org/10.22481/praxis.v13i25.954>.

TARLAU, R.; MOELLER, K. O consenso por filantropia: como uma fundação privada estabeleceu a BNCC no Brasil. **Currículo sem Fronteiras**, v. 20, n. 2, p. 553-603, maio/ago. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.35786/1645-1384.v20.n2.11>.

VALENTE, J. A. O ensino híbrido veio para ficar. In: BABICH, L.; TANZI NETO, A.; TREVISANI, F. M. (Orgs.). **Ensino híbrido:** personalização e tecnologia na educação. Porto Alegre: Penso Editora, 2015.

[1] No endereço <https://institutopeninsula.org.br/wp-content/uploads/2020/10/Retratos-da-Educacao-na-Pandemiav2.pdf> encontramos a compilação de 6 pesquisas financiadas ou tendo como parceiras fundações privadas e corporativas. Essas pesquisas mostram dados que confirmam, em grande medida, as denúncias feitas pelos sindicatos.